

**Vozes da precarização:
Neoliberalismo e as novas crises do
trabalho jornalístico**

Matheus Alves

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

MATHEUS DE CAMARGO BASSETO ALVES

**Vozes da precarização:
Neoliberalismo e as novas crises do trabalho jornalístico**

Livro-reportagem como requisito parcial para conclusão
de curso de graduação em JORNALISMO, apresentado ao
Departamento de JORNALISMO E EDITORAÇÃO (CJE)
da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Orientação do Prof. Dr. Vitor Souza Lima Blotta

**São Paulo
2024**

PRÓLOGO

Creio que a ideia para a escolha deste tema começou a nascer durante minhas primeiras experiências profissionais como estagiário, tanto de comunicação interna como repórter do mercado de hotelaria. Como nos muitos relatos de colegas de profissão coletados na pesquisa que resultou neste livro, imediatamente me deparei com a situação de extrema precariedade das condições de trabalho da categoria e outras relacionadas.

Na época, minha consciência de classe estava apenas no começo de seu desenvolvimento e, apesar de sempre ter me considerado de esquerda, cheguei a ser seduzido por discursos liberais durante períodos de incerteza eleitoral. Por incrível que pareça, não foi a USP que me levou à radicalização política – inclusive sempre fui avesso aos movimentos estudantis, professores supostamente “doutrinadores” e a história das revoluções não-liberais – mas minha própria experiência como trabalhador e os relatos de amigos e colegas sobre suas relações de trabalho, além do crescimento da extrema-direita em todo o mundo.

Em uma conversa com um amigo que tinha o interesse de produzir obras audiovisuais comigo, tive a ideia de um podcast onde trabalhadores anônimos relatariam suas experiências profissionais mais abusivas – possivelmente expondo as empresas mais tóxicas com seus funcionários. Ao longo do tempo, a ideia foi maturando e se transformando em outros projetos.

Alguns semestres após a pandemia, conforme estava estudando mais sobre o materialismo histórico e a luta de classes, chegou o tão esperado momento de escolher o tema para o TCC. Após descartar diversas outras ideias, decidi que queria tratar de um assunto sensível, mas que gosto muito de discutir: política. Assim nasceu o projeto “Os efeitos do neoliberalismo nas relações trabalhistas contemporâneas”. Com o tempo, percebi que seria necessário afunilar o objeto de estudo, assim como seria interessante concentrar os esforços na categoria jornalística – não só por ser minha profissão, mas por ser uma das primeiras a serem “uberizadas”.

Finalmente definido o tema “Neoliberalismo e a precarização do trabalho jornalístico”, comecei a desenvolver o projeto com a ajuda do excelentíssimo orientador Prof. Dr. Vitor Souza Lima Blotta. Como sempre quis produzir um produto jornalístico que eu poderia ter em mãos e não queria algo tão acadêmico, optei pelo formato de livro-reportagem. Mergulhei fundo no tema neoliberalismo, que eu sempre quis estudar, e passamos a elencar algumas possíveis fontes de especialistas no tema, incluindo pesquisadores da área de comunicação e membros de sindicatos da categoria. Em seguida, reciclamos a ideia dos relatos anônimos de experiências profissionais tóxicas do podcast para coletar relatos de profissionais do ramo e suas percepções sobre a precarização dos vínculos trabalhistas no mercado de trabalho do jornalismo.

Após muito sufoco e diversos problemas que rodearam meu semestre – alguns deles ironicamente relacionados à “pejotização” do meu próprio trabalho – finalmente concluí o projeto.

Dito isso, gostaria de agradecer a todos que me ajudaram na confecção do projeto. Entre eles, os jornalistas especialistas que aceitaram participar e conceder longas entrevistas: Pedro Pomar, Larissa Gould e Roseli Fígaro. Todos os jornalistas que participaram da pesquisa “Relatos e reflexões sobre o mercado de trabalho jornalístico”, respondendo as perguntas do questionário online, em especial aqueles que ampliaram o alcance compartilhando para mais amigos e colegas de profissão. Assim como, o Prof. Dr. Vitor Souza Lima Blotta, que me orientou e incentivou durante todo o processo, mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço também a todos aqueles que me apoiaram desde o início:

Meus pais, que sempre me proporcionaram condições confortáveis de vida, me incentivaram a estudar e ser uma pessoa boa e justa. Creio que fizeram um ótimo trabalho;

Meu irmão, que sempre me apresentou perspectivas fora do senso comum e alimentou meu interesse por política;

Meus professores do fundamental até a graduação, que sempre fomentaram o interesse por adquirir mais conhecimento e ter uma visão crítica sobre o mundo;

Meus amigos mais próximos, em especial aqueles que dispõem do mesmo gosto por debater sobre todos os assuntos possíveis;

Meus colegas e ex-colegas de trabalho, que me ajudaram a enfrentar os desafios do mundo corporativo e a rir em momentos de desespero mútuo;

Por fim, mas não menos importante, minha namorada por sempre me incentivar a ser quem eu sou, a enfrentar meus demônios, a enxergar outras perspectivas de vida, mas principalmente aguentar meus surtos de ansiedade e angústia durante todas as etapas da minha graduação.

Dedico este livro a todos os jornalistas e demais trabalhadores que enfrentam condições cada vez mais precárias de trabalho e vida.

SUMÁRIO

Prólogo.....	03
Introdução.....	08
Capítulo 1. Neoliberalismo: origens e efeitos sobre América Latina e Brasil..	15
Capítulo 2. Precarização.....	21
Capítulo 3. Marcos Legais.....	29
Capítulo 4. Organização sindical.....	36
Capítulo 5. Ideologia e o sofrimento psíquico.....	42
Referências Bibliográficas.....	55

Introdução e as fases do jornalismo

Ao longo das últimas décadas, o mundo passou por diversas transformações, e com ele, o jornalismo também sofreu profundas metamorfoses. Neste livro pretendemos abordar as relações entre dois deles: os novos contornos da agenda neoliberal e a precarização do trabalho jornalístico.

Os elementos históricos que contribuem para essas drásticas mudanças são inúmeros, abrangendo desde avanços tecnológicos até pressões político-econômicas. É imperativo compreender a fundo cada um dos fatores de mutação do jornalismo ao repensar seu papel e práticas na era digital, seus esforços para se adaptar às novas tecnologias e plataformas, além de reafirmar os valores fundamentais da profissão – como precisão, imparcialidade e responsabilidade social.

Antes de mais nada, é necessário conhecer um pouco da história da profissão. Como propõe Ciro Marcondes Filho, a história do jornalismo pode ser dividida em quatro fases, após o seu surgimento no início da Idade Contemporânea. Para o autor, até então, as atividades jornalísticas se limitavam a bardos viajantes, mensageiros, escrivães políticos, diplomatas, negociantes e pequenos núcleos na época mercantilista. A profissão só tomou a forma como conhecemos após a consolidação dos princípios de liberdade de imprensa no Ocidente (Marcondes, 2000).

Em meio às turbulências das revoluções liberais no continente europeu e nas colônias americanas, o primeiro jornalismo surge com caráter literário e político. O período que se estende até o final da primeira metade do século XIX é conhecido como a fase romântica da profissão, onde a luta política e ideológica era o centro de todas as publicações. Ainda exclusivos para as elites políticas e comerciais da época, os textos eram recheados de críticas e opiniões, cuja principal finalidade era defender bandeiras políticas. Nessa época, era comum um único trabalhador, escritor ou intelectual acumular todas as funções jornalísticas – repórter, editor, impressor e gerente – além de ser subordinado aos seus mestres políticos (Marcondes, 2000).

Conforme a urbanização e o barateamento dos custos garantem aumento do público, que passa a incluir uma recém formada classe média alfabetizada, a atividade torna-se mais lucrativa (Marcondes, 2000). Consolidando a informação como mercadoria, as empresas jornalísticas deixam de ser deficitárias e passam a ser cada vez mais orientadas para o lucro. Em virtude disso, a busca por objetividade e imparcialidade torna-se uma estratégia para a empresa capitalista evitar afastar anunciantes, ao mesmo tempo que a publicidade se firma como a principal fonte de receita.

Assim se inicia a segunda fase da profissão, o jornalismo informativo, que predomina do início ao fim do século XIX (Marcondes, 2000). O nascimento dos valores fundamentais da profissão coincide com a mercantilização do produto jornalístico, transformando a apresentação dos jornais e o fazer jornalístico. Deixando o passado de menor acesso e o modelo de assinaturas em segundo plano, as empresas passam a vender o produto de forma avulsa, tornando a busca por uma primeira página atrativa e mercadológica uma necessidade.

Pelo mesmo motivo, surge o lide jornalístico – cuja ordem de apresentação das informações essenciais (quem, o quê, onde, como, quando e por quê), acompanhada de uma boa manchete e linha fina – cativam e prendem a atenção do leitor-consumidor (Barsotti, 2014). Nesse contexto, emerge também uma divisão mais clara entre as equipes comerciais e de redação dos veículos de comunicação, assim como o uso de testemunhas oculares, entrevistas e reportagens descritivas.

Apesar da prevalência cada vez maior do informativo, o jornalismo político e literário resistiu em algumas nações, como na França, simbolizado pelo notório caso “*J'Accuse...!*”, nos últimos anos do século XIX. Indignado com a condenação do capitão de descendência judaica Albert Dreyfus, o jornalista Emile Zola publicou uma carta aberta no jornal *L'Aurore*, no qual ele faz uma série de acusações de antisemitismo e prisão ilegal ao governo francês, apontando erros judiciais e falta de evidências.

Tamanha o impacto do texto e dos libelos subsequentes, que não apenas provocou um debate público e o exílio do jornalista, mas também levou a uma revisão do caso e, finalmente, ao perdão e soltura de Dreyfus. Zola não viveu para testemunhar o resultado final do escândalo e sua inesperada morte segue como um mistério até hoje. No entanto, seu artigo se tornou um dos mais famosos do mundo e simboliza integralmente o período de convivência entre o modelo francês (político) e o inglês e estadunidense (informativo). Inicialmente crítico do “novo jornalismo”, Zola, inclusive, chegou a mudar de ideia e deixou de reprovar a nova fase histórica que o jornalismo adentrava.

Com ascensão dos primeiros grandes conglomerados de notícia e o surgimento de tecnologias que aceleram a transmissão de informações – telefone, telégrafo sem fio, rádio e TV – o jornalismo entra em sua fase monopolista, que perdura até as últimas décadas do século XX (Marcondes, 2000). Nascem as agências de notícia, que sincronizam as redações e padronizam os noticiários, tornando jornais menores e locais dependentes das redações dos grandes centros. O cenário é marcado por grandes tiragens, divisão das publicações em editorias, conflito com a emergente indústria publicitária e de relações públicas, além da profissionalização do jornalismo. É nessa época que surge o ensino formal da categoria, assim como a institucionalização da profissão, os primeiros estatutos e sindicatos.

No Brasil, a profissionalização do jornalismo nasce atrelada à regulação do Estado (Barsotti, 2014) – assim como seu surgimento, dado que o primeiro jornal do país, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, foi fundado pela Coroa portuguesa em 1808. Até os primeiros anos do século XX, o jornalismo brasileiro carregava muitos traços do jornalismo político, como a falta de profissionalização, a estreita relação com a política e a ausência de manchetes e outros elementos de formatos mais modernos. Surgem, apenas na iminência da 2^a Guerra Mundial, as primeiras regulações da profissão e, somente na segunda metade do século, o jornalismo brasileiro entra em sua fase monopolista.

É por meio de três decretos assinados por Getúlio Vargas em 1938, 1943 e 1944, que o jornalismo se torna uma profissão formal no Brasil. As medidas políticas regulamentadoras definiram o jornalista como “o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias”, delinearam suas funções e fixaram uma remuneração mínima para a categoria, além de dar condições para o primeiro curso superior de jornalismo do país, criado em 1947 pelo empresário Cásper Líbero, na cidade de São Paulo.

A partir da segunda metade do século XX, com o advento dos computadores eletrônicos, o jornalismo entra em sua quarta e última fase: o jornalismo eletrônico ou digital (Marcondes, 2000). As novas tecnologias, que ampliam a velocidade e inovam com a interatividade, colocam a profissão em cheque e a imprensa escrita em crise. O surgimento da internet não apenas alterou as técnicas empregadas, como provocou uma revolução comunicativa, culminando em novos modelos de produção e gestão do conhecimento. Neste novo paradigma, altera-se profundamente as relações entre emissor e receptor, conforme a tecnologia passa a permitir a todos o acesso aos meios de publicação e distribuição de conteúdos.

A introdução de elementos como hipertextualidade, interatividade, multimidialidade, personalização, memória e instantaneidade, desestabilizou a balança a favor do leitor às custas do trabalhador da notícia. Ainda que a experiência do usuário seja mais dinâmica e adaptável às suas necessidades individuais e sociais, os jornalistas enfrentam desafios sem precedentes e acumulam mais funções e deveres. São cobradas cada vez maior transparência, responsabilidade e interação com o público, posto que os leitores vêm ganhando cada vez mais ferramentas de vigilância sobre o trabalho jornalístico, fornecendo feedback instantâneo sobre as publicações.

A democratização da informação também levanta questões complexas, como a propriedade intelectual, direitos autorais e a crescente necessidade de mediação diante da avalanche de dados disponíveis nas redes. Amplia-se, assim, a lógica de oferta e demanda, que acaba assumindo um papel central nas redações, ainda mais quando

veículos de notícia passam a depender cada vez mais de plataformas digitais, como redes sociais e metabuscadores. Como consequência, portais de notícias testemunham a proliferação de "jornalistas sentados", redatores cujo trabalho se intensifica em velocidade para atender à voracidade e instantaneidade do sistema digital.

Há pouco ou nenhum espaço para aquele repórter investigativo dedicado que – como nos ensina Eugênio Bucci no prefácio à edição brasileira do livro “Todos os Homens do Presidente” de Bob Woodward e Carl Bernstein – com muito esmero, apura todos os dados e informações, negocia com fontes anônimas denunciantes, procura e avalia documentos e evidências, escreve e reescreve dezenas de vezes o mesmo texto em busca de sanar todas lacunas de uma investigação capaz de derrubar um chefe de estado. Com isso, cai por terra o mito do jornalista como herói e defensor intransigente da democracia, estereótipo popularizado pelo longa-metragem homônimo inspirado na obra de Woodward, que retrata os persistentes repórteres do *Washington Post* investigando o escândalo Watergate, em 1972, que resultou na renúncia de Richard Nixon do cargo de presidente dos Estados Unidos.

Considerando os tangíveis efeitos do avanço tecnológico na área de comunicação, é fácil tratá-lo como a única causa para a aterradora condição que o trabalhador da notícia se encontra. Assim como nas demais fases históricas da profissão, o contexto político e socioeconômico é determinante para as condições de trabalho dos jornalistas. Não é à toa que a transição para o quarto e último estágio do jornalismo coincide com grandes transformações políticas a nível global, como a queda do socialismo soviético e a consolidação do neoliberalismo como ideologia dominante no Ocidente.

É importante ressaltar que este livro não tem um caráter monográfico ou científico. Trata-se de um composto de reflexões acerca do estado atual da profissão jornalística a partir de entrevistas aprofundadas com especialistas do ramo e relatos pessoais de profissionais da área – obtidos via questionário online enviado para grupo de

profissionais da área entre os dias 3 e 14 de junho de 2024, com a possibilidade de manter o anonimato.

Se "plataforma" é a metáfora mais utilizada para se compreender as indústrias de mídia e o lugar da imprensa nela, nosso objetivo é construir uma mesa com cadeiras sobre essa plataforma, onde a leitora ou leitor terão contatos com perspectivas sobre o porquê, apesar de ser uma mesa sobre uma plataforma, a sensação de maresia parece ser inevitável.

Capítulo 1

**Neoliberalismo:
origens e efeitos na América Latina e no Brasil**

Embora o termo tenha surgido na década de 30, o neoliberalismo se consolidou com profundidade na sociedade capitalista a nível global a partir da década de 80. Uma análise simplista o define como uma releitura contemporânea do liberalismo clássico, um modelo que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal na economia. A princípio, o conceito foi criado por acadêmicos liberais europeus para caracterizar uma terceira via, uma alternativa moderada ao conflito entre o capitalismo *laissez-faire* e a economia planificada. Com o tempo, o termo ganhou uma dimensão muito maior, englobando diversos fenômenos, mas principalmente a transformação da sociedade em função de reformas fundamentalistas de mercado.

O neoliberalismo também passou a designar o conjunto de políticas de liberalização da economia, incentivadas por economistas liberais como Milton Friedman e Friedrich Hayek, e introduzidas por Augusto Pinochet no Chile, Margaret Thatcher no Reino Unido, e Ronald Reagan nos Estados Unidos. Entre elas, a privatização de empresas estatais, desregulamentação do mercado, globalização, livre comércio mundial, monetarismo, economia do lado da oferta, austeridade e reduções na despesa pública visando ampliar os papéis do setor privado na economia e na sociedade.

Por mais individualista e libertário que o conceito possa soar aos ouvidos, ainda há forte presença do Estado, embora teórica e supostamente imparcial, e com as únicas funções de avançar o projeto neoliberal e proteger a propriedade privada – o que inclui reprimir duramente os movimentos sindicais e manifestações trabalhistas contrárias às reformas. Os acadêmicos Pierre Dardot e Christian Laval, no livro “A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal”, reiteram a crítica à análise simplista que coloca exagerada ênfase na falsa dicotomia entre o mercado e o Estado, como se a política se resumisse a um confronto entre ambos.

“Ao contrário de certa percepção imediata, e de certa ideia demasiado simples, de que os mercados conquistaram a partir de fora os Estados e ditam a política que estes devem seguir, foram antes os Estados, e os mais poderosos

em primeiro lugar, que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa. Não podemos esquecer jamais que a expansão das finanças de mercado, assim como o financiamento da dívida pública nos mercados de títulos, são fruto de políticas deliberadas.” (Dardot e Laval, 2016, p.17)

Em novembro de 1989, economistas de instituições financeiras sediadas na capital dos Estados Unidos, como o Departamento do Tesouro do país, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, se reuniram para discutir as frágeis e estagnadas economias dos países subdesenvolvidos durante a “Década Perdida”. Com base em um texto de John Williamson, economista do *think tank* Instituto Internacional de Economia, se definiu um conjunto de medidas que estimulam a competitividade de câmbio, privatização, desregulamentação do mercado, redução de barreiras alfandegárias e das despesas públicas. O Consenso de Washington, como ficou conhecido, passou a ser recomendado como uma ferramenta de estabilização para economias emergentes, em especial países ex-socialistas e latinoamericanos, e um requisito para a obtenção de crédito do FMI e do Banco Mundial.

As medidas foram imediatamente bem recebidas e amplamente implementadas sem hesitação por diversos países, inclusive muito além do que fora proposto na reunião e considerado prudente por Williamson (2002). O entusiasmo com o qual as políticas econômicas foram aceitas pode ser explicado pela queda do bloco socialista e percepção de que a manutenção do planejamento central levaria as economias ex-socialistas ao fracasso econômico e político. Entretanto, com algumas poucas exceções, o crescimento econômico, a empregabilidade e a redução da pobreza das nações que seguiram o Consenso foi muito aquém do esperado e, mesmo nos poucos países onde se considera um relativo sucesso das medidas, suas economias permaneceram frágeis e instáveis.

Em alguns países, os resultados foram desastrosos, ampliando a dependência do capital estrangeiro e a desigualdade socioeconômica conforme se minguava a renda, a

seguridade social e os direitos dos trabalhadores. A acelerada financeirização da economia também culminou em graves crises financeiras nacionais e regionais, como a russa, a asiática e a latinoamericana, além de preparar o terreno para a crise global de 2008.

Vale lembrar do surpreendente dia que economistas do próprio FMI reconheceram, em 2016, que algumas medidas recomendadas pela entidade, em vez de gerar crescimento, aumentam a desigualdade e causam efeitos nocivos de longo prazo nas economias subdesenvolvidas, além de elevar as chances de crises econômicas. “Parece que os benefícios de algumas políticas que são parte importante da agenda neoliberal foram de certa forma exagerados”, afirmaram membros de alto escalão da entidade em artigo publicado na revista trimestral *Finance & Development* (Ostry, 2016).

É possível argumentar que o Consenso desconsiderou a realidade material das estruturas econômicas de países em desenvolvimento. Outros veem como uma armadilha intencional das economias desenvolvidas para frear o desenvolvimento das demais, como propõe o economista sulcoreano radicado na Inglaterra, Ha-Joon Chang. O professor da Universidade de Cambridge destaca que as medidas sugeridas pelo Consenso eram diametralmente opostas às implementadas nas nações que as recomendaram, possivelmente em um esforço para “chutar a escada” e manter o status de subdesenvolvimento dos demais países (Chang, 2004).

Independentemente das intenções originais de Williamson e sua tentativa de se distanciar do neoliberalismo – que segundo ele, precisa incluir a implementação de monetarismo, economia do lado da oferta ou um estado mínimo, medidas às quais o economista diz nunca ter defendido (Williamson, 2002) – sua agenda de reformas passou a ser vista, pelo menos entre seus críticos, como um dos elementos-chave para a imposição do neoliberalismo em economias em desenvolvimento.

Este avanço da agenda neoliberal no sul global fomentou movimentos populares contrários às políticas de austeridade e alimentou a popularidade de políticos de

esquerda, como Hugo Chávez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia, e Néstor Kirchner, na Argentina – dando início ao fenômeno político conhecido como Maré Rosa ou pós-neoliberalismo.

Embora tenha encontrado alguma resistência e crítica nos anos seguintes, o Consenso de Washington sobreviveu e seguiu popular nos governos latinoamericanos pelas décadas seguintes, mesmo que reformulado e adaptado para ser incorporado por forças de centro e centro-esquerda. No Brasil, por exemplo, mesmo sendo nominalmente contrário às medidas implementadas por Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva acabou abraçando muitas das políticas neoliberais para mitigar a desaprovação do mercado e ser eleito Presidente da República nos seus primeiros mandatos – como reconheceu o próprio Williamson, em entrevista à BBC Brasil em 2002.

Somente a partir da crise bancária de 2008, que o neoliberalismo passou a receber uma nova onda de críticas e produções acadêmicas acerca do tema, questionando a ideia de que “não há alternativa”, como propõe o slogan de Thatcher. Talvez o fator mais surpreendente sobre o projeto neoliberal, no entanto, seja sua capacidade de resistir, se adaptar e expandir mesmo diante de uma crise global. Como apontam Dardot e Laval (2016), muitos economistas foram precipitados ao declarar o fim do neoliberalismo como ideologia dominante e o possível retorno de políticas mais intervencionistas de mercado, como o keynesianismo.

"[...] a crise não foi suficiente para fazer o neoliberalismo desaparecer. Muito pelo contrário, a crise apareceu para as classes dominantes como uma oportunidade inesperada. Melhor, como um modo de governo. Ficou demonstrado que o neoliberalismo, apesar dos desastres que engendra, possui uma notável capacidade de autofortalecimento. Ele fez surgir um sistema de normas e instituições que comprime as sociedades como um nó de força. As crises não são para ele uma ocasião para limitar-se, como aconteceu em meados do século XX, mas um meio de prosseguir cada vez com mais vigor sua

trajetória de ilimitação. O capitalismo, com ele, não parece mais capaz de encontrar compensações, contrapartidas, compromissos. A maneira como a crise de 2008 foi provisoriamente superada, com uma inundação de moeda especulativa emitida pelos bancos centrais, mostra que a lógica neoliberal escapa de maneira extraordinariamente perigosa.” (Dardot e Laval, 2016, p. 8)

Se enganam também aqueles que pensam que o neoliberalismo se resume somente à gestão econômica das nações, como economistas liberais costumam afirmar, sob a constante tentativa de separar o inseparável, a economia da política. Com a queda do bloco socialista e a consolidação do capitalismo neoliberal como o único sistema político-econômico aparentemente viável no mundo, não há mais para onde o capital possa se expandir externamente. O avanço neoliberal, então, se prova uma eficiente ferramenta de expansão do capitalismo para dentro de si mesmo e para todas as relações – sejam elas políticas, econômicas, sociais, ideológicas, psicológicas, sexuais, familiares, trabalhistas, ambientais, etc.

Como reforçam Dardot e Laval, “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot e Laval, 2016, p. 7). É justamente este elemento que mais nos interessa para a análise acerca dos efeitos do projeto neoliberal na sociedade capitalista e, mais especificamente, nas relações de trabalho, formação da coletividade e saúde mental dos jornalistas – muito além das consequências inevitáveis do avanço tecnológico na era digital.

Capítulo 2

Precarização

É notório que o avanço tecnológico transforma os modos de produção e, consequentemente, gera grandes impactos nas relações de trabalho. A descoberta da eletricidade, por exemplo, extinguiu a profissão de acendedor de lampiões, mas trouxe grandes vantagens para a sociedade como um todo, impulsionando a produtividade e criando novos tipos de trabalhos. De forma semelhante, embora em escala ainda maiores, a computação, a *web* e, agora, as inteligências artificiais, trazem novas transformações e paradigmas que permeiam toda a sociedade.

Ir contra esse fenômeno não é a melhor solução, assim como o movimento luddista não esperava acabar com o processo de industrialização destruindo máquinas. Embora “luddista” tenha ganhado um sentido pejorativo para designar aqueles que eram contrários ao avanço da tecnologia, a prática tratava-se na realidade de uma forma de protesto contra as péssimas qualidades de trabalho e vida dos trabalhadores urbanos. Assim como o cartismo, o movimento luddista foi um dos primeiros grandes movimentos operários dentro do capitalismo e ajudou a despertar a consciência política das classes trabalhadoras.

Assim como as máquinas não eram, de fato, a causa das condições dos trabalhadores da época, as plataformas digitais também não devem ser vistas como a única fonte de problemas trabalhistas. Essas tecnologias configuraram somente novos e mais eficientes meios de produção, enquanto as condições de vida e trabalho são fruto das relações de produção e da superestrutura vigente na sociedade. As plataformas digitais, assim como as máquinas, podem trazer grandes vantagens para toda sociedade, mas a precarização do trabalho que lhes acompanha, evidenciam os conflitos de classes.

Sem dúvidas, as novas tecnologias ampliaram a democratização da informação e, em certos aspectos, facilitaram o ofício dos trabalhadores da notícia, como aponta Larissa Gould, jornalista do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), secretária jurídica do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo

(SJSP) e pesquisadora do grupo de pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade (JDL) da ECA/IEA-USP.

“É muito custoso fazer bom jornalismo”, afirma Gould. “Dependendo da pauta, antigamente era necessário viajar longas distâncias, pegar avião, ir para outro estado ou país, somente para fazer uma entrevista. Hoje é possível fazer essa entrevista via plataformas de videoconferência, como Google Meet e Microsoft Teams, o que facilita muito e abre novas possibilidades para veículos alternativos, principalmente aqueles que nunca dispuseram de muitos recursos”, explica a jornalista.

Com a vida cada vez mais interligada e dependente da *web*, as redes sociais servem como verdadeiros espaços públicos, porém administrados e regulados exclusivamente pelo setor privado. Há pouca transparência e regulamentação estatal, além do uso de publicidade e propaganda personalizada a partir dos dados pessoais dos usuários – o que levanta outra série de questões, ainda mais por se tratar de uma ferramenta de disseminação de informações em massa, que grande parte da população utiliza e participa diariamente.

O capital, por meio das gigantes da tecnologia, controla e gerencia o meio onde os trabalhadores digitais, como os jornalistas, exercem suas funções e tiram seu sustento. Assim como a maioria das empresas, os veículos de comunicação e imprensa se veem na necessidade de participar do maior número de redes sociais possíveis, em busca de engajamento e relevância. Pouco a pouco, todos acabam dependentes dos serviços das plataformas, de uma forma ou de outra, mergulhando o mundo digital em uma espécie de *tecnofeudalismo*.

As plataformas digitais passam a canalizar grande parte da receita publicitária que antes era destinada às mídias tradicionais (TV, rádio, impressos), segundo o jornalista Pedro Pomar, editor da revista da Associação dos Docentes da USP (Adusp) e diretor de Ação Sindical do SJSP. “Esse fenômeno acaba sufocando esse setor tradicional, do ponto de vista do financiamento, e induzindo a realização de demissões em massa e

rebaixamento de salários – medidas que os donos de emissoras, jornais e revistas costumam levar a cabo sem a menor preocupação com os trabalhadores afetados”, conta.

Caminhando lado a lado com este processo, está a incessante busca pelo enxugamento de custos, que se faz presente tanto na esfera pública quanto privada. A agenda neoliberal avança, culminando em medidas que flexibilizam o vínculo de trabalho, reduzem custos trabalhistas, incentivam equipes cada vez mais equipes enxutas, levando jornalistas a acumularem múltiplas funções pelo mesmo salário. Hoje, é necessário ser, ao mesmo tempo, repórter, redator, fotógrafo, editor, designer, mídia social – e às vezes, até comercial, buscando parcerias, matérias pagas e publieditoriais – entre outras funções.

“No jornalismo, como em outros universos, a crise é complexa, multifacetada e dinâmica. Nas últimas décadas, ela tem se materializado na queda das tiragens dos jornais, extinção de revistas, diminuição das audiências na televisão, demissão de profissionais e o consequente enxugamento das redações. Observamos também o desaparecimento de veículos e a falência de empresas, o abandono de algumas práticas e o desvio de funções antes consideradas constitutivas do gesto de informar. Mas a crise do jornalismo não se restringe à míngua de dinheiro” (Christofolletti, 2019, p. 16-17).

Todos esses processos intensificam a lógica da oferta e demanda ao limite, tanto no que se refere à disputa pelo primeiro lugar no ranking de notícias dos metabuscadores e em ser o primeiro veículo a postar sobre um fato noticioso, como na escassa oferta de empregos jornalísticos. “Se antes um repórter produzia uma pauta por dia, saindo da redação, entrevistando fontes e apurando as informações na rua, hoje ele precisa produzir dez pautas por dia, muitas vezes sem sair da redação – o que também aumenta a probabilidade de ocorrerem ‘barrigadas’ (divulgação de informações equivocadas)”, afirma Gould.

A crescente competitividade nas redes deteriora gradativamente a qualidade do trabalho dos trabalhadores da notícia, o que coloca a relevância da profissão em cheque. Como demonstra a percepção de Arthur Gabriel Macedo Nascimento, jornalista formado pela USP em 2024, tendo atuado na área por mais de três anos, em estágios nas empresas Bandsports e UOL:

“Prevejo um mercado cada vez menor, tendo em vista que todos podem fornecer alguma informação nas redes sociais. A informação bem apurada e entregue sob preceitos jornalísticos tem mais valor, porém são poucos os lugares que fornecem os recursos necessários para que isso seja produzido. Enquanto os jornalistas trabalharem sem o tempo e os recursos necessários, produzirão trabalho que na ótica da maioria pode ser substituído por qualquer um.”

O mercado de trabalho torna-se cada vez mais disputado, aumentando a atratividade de empregos cada vez mais precarizados. Com o tempo, o jornalista se encontra em condições de vida e trabalho cada vez mais preocupantes. Essa problemática fica ainda mais evidente na última edição do Perfil do Jornalista Brasileiro, pesquisa realizada em 2021 pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), por meio de uma enquete online que contou com respostas de mais de 7 mil jornalistas brasileiros.

Entre as diversas informações que o levantamento elenca, está a atribuição de funções durante um dia normal de trabalho. A pergunta permitia a seleção de mais de uma resposta simultaneamente, proporcionando um percentual de respostas válidas superior a 100%. A discrepância foi notável, com quase quatro vezes mais respostas do que respondentes – que pode se traduzir em um indício do acúmulo de funções no trabalho jornalístico.

Além das funções mais estereotipadas do jornalismo – reportagem, (68%), produção de pautas (64,7%) e edição (57,3%), que são realizadas por mais da metade dos respondentes – diversas outras funções receberam parcela considerável de respostas,

como: gestão e produção de conteúdo para redes sociais (27,3%), gestão de equipes (23,2%), planejamento de projetos editoriais (20,8%), apresentação/locução (19,6%), atividades administrativas (17,2%), fotografia (16,4%), comunicação interna (13,6%), cinegrafia (7,8%), e diagramação/design gráfico (7,8%). Fora isso, diversas respostas para a opção “Outra (s). Qual (is)?” destacaram realizar “Mais de uma” função, incluindo roteiros, transcrições, levantamento de dados, produção e edição de vídeos e podcasts, SEO, fact-checking, marketing, direção de imagem, entre outras. (Lima, 2021)

É interessante cruzar esses dados de funções com outros questionamentos elencados pelo Perfil do Jornalista Brasileiro, como o fato de 71,5% dos entrevistados relatarem ser comum trabalhar mais do que o contratado, ou seja, fazer horas-extras (Lima, 2021). Para a afirmação de “o número de pessoas na equipe ser insuficiente para realizar as atividades”, mais de 60% das respostas foram positivas, sendo 41,4% “concordo totalmente” e 25,6% “concordo parcialmente” – em contraste com o consideravelmente baixo número de respostas neutras ou negativas, como “discordo parcialmente” (10,8%), “nem concordo, nem discordo” (9,7%) e “discordo totalmente” (8,5%) (Lima, 2021).

Apesar de cumprirem múltiplas funções, isso não se traduz em múltiplos salários. Para a questão de “remuneração”, embora 26,2% dos entrevistados tenham declarado estarem “satisfeitos” e 6,3% “muito satisfeitos”, 29,4% responderam estarem “insatisfeitos” e 15,7% “muito insatisfeitos”, além de 21,3% “nem satisfeitos, nem insatisfeitos” (Lima, 2021). Os percentuais são semelhantes para a questão de “outros benefícios salariais”. Apenas 40,1% dos entrevistados relataram que sua remuneração líquida é suficiente para sempre arcar com suas despesas mensais, com 23,9% respondendo “às vezes” e os 36,1% demais se diluindo em “Não, fico sempre devendo” (11,1%), “Não, mas me viro com trabalhos extras” (9,6%), “Não, mas tenho apoio de companheira(o)” (7,6%), “dos meus pais” (6,6%) e “de outras pessoas” (1,2%) (Lima, 2021).

Como resultado da baixa remuneração, mesmo sobrecarregados com a multifunção da ocupação principal, muitos jornalistas acabam dependendo de outros empregos ou fontes de renda, dentro ou fora da mídia. 28,6% relataram contar com pelo menos mais um emprego ou fonte de renda, enquanto 10,2% contam com três, quatro ou mais fontes de renda, além de 3,4% atuarem como freelancers (Lima, 2021).

Fora isso, 47% dos entrevistados relataram que os equipamentos, móveis, softwares e outros itens necessários para o trabalho foram pagos pelo próprio trabalhador, enquanto 35,5% foram pagos pela empresa/instituição, e 18,4% “parte por mim e parte pela instituição contratante” (Lima, 2021). Como evidencia o relato anônimo da(o) jornalista, formada(o) pela USP em 2021, com cinco anos de experiência como estagiária e PJ na área, com passagens pela Editora MOL, Veja, Amazônia Latitude e Forbes:

“Não tenho direito a computador para trabalhar por ser PJ, então preciso desembolsar uma grana pessoal para comprar uma máquina nova. O acúmulo de funções virou até normal, porque sou contratada(o) como repórter PJ de internacional, mas também faço matérias para outras editorias sem nenhum adicional. Também rola acúmulo de funções porque sou eu, um(a) repórter, quem edita matérias dos estagiários, não um editor. Trabalho horas a mais e em feriados sem compensação com folga ou remuneração adicional.”

Isso também está vinculado, em certos aspectos, ao fato de 61,3% dos jornalistas relatarem executar o trabalho exclusivamente em casa, em modelo *home office* (Lima, 2021, p. 85). Esse fenômeno vêm crescendo desde o surgimento das ferramentas digitais, mas foi gravemente impulsionado pelo isolamento social durante a pandemia, período em que não restavam muitas opções. Há vantagens no modelo, tanto para o contratante (redução de custos com ambiente de trabalho, transporte e alimentação do colaborador, isso quando pagos por este), como para o trabalhador (conforto, menos estresse com trânsito, maior independência e “flexibilidade”).

No entanto, são diversas desvantagens, para além das potenciais distrações, falta de infraestrutura e contato humano. O próprio termo “flexibilidade”, que costuma ser apresentado como uma vantagem, pode dar calafrios na espinha de qualquer trabalhador contemporâneo. Embora pareça garantir maior autonomia ao trabalhador, a cibernetização também evolui as ferramentas de controle e supervisão do trabalho (Fisher, 2009). Cria-se uma ilusão de independência acompanhada de maior precarização das relações trabalhistas.

Vida e trabalho tornam-se inseparáveis. Os horários de trabalho e lazer se diluem, mas pelo primeiro ser obrigatório, acaba vencendo essa balança. Espera-se que o trabalhador remoto esteja sempre disponível, mesmo fora do horário de expediente, em finais de semana e feriados. Não é possível encontrar descanso, pois uma mensagem com um problema ou demanda urgente pode chegar a qualquer momento. Todos esses elementos têm impactado drasticamente na saúde mental dos jornalistas, como abordaremos no quinto capítulo.

Capítulo 3

Marcos legais da precarização

A implementação de políticas econômicas neoliberais criaram um ambiente na sociedade em que a desregulamentação do trabalho, ou seja, a perda de direitos sociais, virou norma. Entre os principais marcos legais que formalizaram a precarização da profissão, está a derrubada da exigência de curso superior pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a “pejotização”, crescente desde os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e que ganhou novo impulso devido à “reforma trabalhista” e a “lei das terceirizações” aprovadas no governo Michel Temer.

Quanto à não obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, a mensagem que a decisão do STF em 2009 – em resposta às demandas das grandes empresas para terem a liberdade de contratar qualquer pessoa de acordo com seus interesses – passa a mensagem, segundo Pedro Pomar, de que “qualquer um, qualquer pessoa, pode exercer o jornalismo, uma vez que não há necessidade de curso superior”. Isso do ponto de vista simbólico, do chamado “imaginário”. Mas e do ponto de vista real e concreto?

De acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro, a esmagadora maioria dos jornalistas (98,3%) continua buscando formação acadêmica, sendo que muitos desses também cursaram especialização (28,6%), mestrado (14,7%), doutorado (4,7%) e até pós-doutorado (1,6%). O que temos, portanto, é uma categoria que possui alta qualificação e especialização, o que não se traduz necessariamente em estabilidade da carreira (Lima, 2021).

Também é raro empresas, em especial os grandes veículos de mídia, contratarem jornalistas sem formação acadêmica em Jornalismo ou Comunicação Social. Quando fazem, é porque o trabalhador tem algum outro tipo de qualificação, reputação ou formação em alguma área relacionada, como Publicidade e Propaganda, Rádio e TV, Audiovisual ou Relações Públicas.

Embora as pesquisas revelem que jornalistas diplomados continuem sendo a maioria absoluta, conforme aponta Roseli Fígaro, professora titular da ECA-USP e

coordenadora do Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho, isso não quer dizer que a medida não tenha sido parte de um conjunto de ataques aos trabalhadores de um modo geral. “Quando se retira a obrigatoriedade do diploma, você tira a obrigatoriedade das empresas contratarem jornalistas, assim como de cumprirem acordos coletivos da profissão, da área e do sindicato da categoria”, afirma a jornalista.

Pelo mesmo motivo, qualquer pessoa pode solicitar ao Ministério do Trabalho registro como jornalista profissional, mesmo que não esteja desempenhando qualquer função típica da profissão, segundo Pomar. “Há vários casos, por exemplo, de policiais que solicitaram e obtiveram registro, o que leva a indagações sobre a real motivação desses pedidos. A decisão do STF criou uma situação em que não há necessidade de qualquer qualificação ou grau de escolaridade para exercer o jornalismo, nem mesmo, digamos, ensino secundário, além de ampliar artificialmente o mercado de trabalho e criar novos riscos para a idoneidade do trabalho jornalístico”, complementa o diretor.

Ainda segundo Pomar, o maior fator de precarização da categoria de jornalista se deve ao avanço da “pejotização”. Este fenômeno vem se ampliando gradualmente ao longo das últimas décadas, mas recentemente ganhou um falso verniz de legalidade graças à ‘lei das terceirizações’ implementada no governo Temer (lei 13.429/2017) em conjunto com a ‘reforma trabalhista’ (lei 13.467/2017) – que, de acordo com Pomar, “alterou extensamente diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como queriam os grandes empresários ultraliberais, fazendo avançar a precarização das relações de trabalho”.

“A lei das terceirizações passou a permitir a terceirização da atividade-fim”, pontua o jornalista Paulo Zocchi, ex-presidente do SJSP. “Com isso, é legal que uma empresa jornalística terceirize todo o setor de diagramação, por exemplo, mas ela precisa trazer uma outra empresa — ou seja: os jornalistas diagramadores, nesse caso, precisam ter um vínculo empregatício, não com a empresa principal, mas com a outra, terceirizada.

Porém, o fato é que a lei das terceirizações criou uma confusão e permite que as empresas digam que o PJ é legal, apesar de ter características de vínculo”, adverte.

O discurso neoliberal, segundo Pomar, procura apresentar a “pejotização” como afirmação do “caráter empreendedor” das pessoas. Pelo mesmo motivo, acrescenta Gould, tais medidas foram consideravelmente bem recebidas por grande parcela dos jornalistas na época, pois por muito tempo era comum eles não se identificarem como trabalhadores, mas intelectuais, profissionais liberais ou algo do tipo. “Dentro do sindicato, notamos que essa perspectiva tem mudado moderadamente nas novas gerações. Talvez tenham um pouco mais de consciência de classe de se colocar enquanto trabalhadores. Creio que isso se deve principalmente em virtude do trabalho essencial dos jornalistas empregados durante a pandemia”, comenta a jornalista.

Apesar da ideia do jornalista como empreendedor ter ganhado espaço entre jornalistas no período em que as medidas foram implementadas, na maior parte dos casos a pejotização é uma fraude trabalhista, como salienta Pomar. “Se trata de uma relação de trabalho assalariada, ou seja, um vínculo empregatício – que decorre da subordinação (obediência a chefes e diretores), da habitualidade (cumprimento de jornadas e horários) e da pessoalidade (o trabalhador não pode ser substituído por outra pessoa). No entanto, essa relação é disfarçada de modo a simular uma relação entre pessoas jurídicas (o empregador de um lado e o jornalista “PJ” de outro lado)”, explica.

Neste sentido, a precariedade da contratação torna-se ainda mais evidente na medida em que o contrato pode ser rompido a qualquer momento pela empresa contratante, sem o pagamento de verbas rescisórias que seriam devidas numa relação assalariada balizada pela CLT. “Em razão da flagrante injustiça, jornalistas PJs, quando demitidos(as), costumam recorrer à Justiça do Trabalho para buscar seus direitos. Até recentemente as varas e tribunais do Trabalho, ao julgar essas ações trabalhistas, reconheciaiam a existência de vínculo e mandavam a empresa pagar as verbas correspondentes”, conta Pomar.

Entretanto, a agenda neoliberal tem também avanços, não apenas no poder executivo, legislativo e na gestão das empresas, mas no âmbito da justiça. Como destaca Pomar, o STF tem derrubado sistematicamente decisões de tribunais regionais do trabalho (TRTs) e até do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que reconhecem o vínculo trabalhista de trabalhadores(as) PJs, inclusive jornalistas. Na maioria desses casos, explica Zocchi, “o Supremo ao julgar esses casos tem se baseado exatamente na lei das terceirizações, confundindo assim terceirização com “pejotização” e deixando de entrar no mérito das características do vínculo empregatício, que deveria ser a questão central em julgamento”.

O poder executivo tem sua parcela de colaboração nesse processo, para além de ter sancionado a lei das terceirizações e a reforma trabalhista. “Os governos Temer e Bolsonaro desmontaram o Ministério do Trabalho e Emprego e, particularmente, desativaram o sistema de fiscalização das relações de trabalho, facilitando assim a ação fraudulenta das empresas dispostas a impor a “pejotização”, complementa Pomar.

No final das contas, 36,2% dos total de jornalistas empregados cumprem suas funções em vínculos que não garantem os mesmos benefícios de uma CLT ou de serviço público. Entre eles, estão relações de MEIs (8,9%), cargo comissionado (6,4%), freelancer (6,1%), trabalho como empresa jurídica sem funcionários ou sócios (5,8%), contrato de prestação de serviços (3,7%), prestação de serviços sem formalização contratual (3,5%) e contrato público temporário (1,8%) (Lima, 2021).

Também não podemos esquecer dos estagiários, que adentram a profissão já em uma relação de trabalho precarizada em vez de uma atividade formativa complementar. Como aponta Pomar, “estágios realizados nos primeiros dois anos do curso representam uma distorção, uma vez que a aluna ou aluno de jornalismo está apenas iniciando seu processo de formação”.

Apesar da Lei de Estágio, que também não oferece uma proteção tão adequada, é comum testemunhar claros abusos com os jornalistas iniciantes nas redações. A norma são estagiários que trabalham o mesmo tanto ou até mais que funcionários em regime CLT, mas pelo salário reduzido e sem quaisquer outros direitos além de férias remuneradas. Como explicitado pelo relato de Maria Fernanda Barros Souza, que é graduanda em jornalismo pela USP e já estagiou na editora Abril e no Jornal da USP:

“Ganho um salário muito mais baixo pra fazer praticamente a mesma quantidade de trabalho que alguém que ganha pelo menos três vezes mais do que eu. Também enfrentamos a sobrecarga nas muitas vezes que temos que alongar o nosso horário de trabalho para se adequar a uma pauta, além de não recebermos nada por isso.”

Não é raro ouvir relatos de estagiários cumprindo horas extras ou banco de horas, arcando com custos que deveriam ser da empresa, etc. Embora sejam claras infrações da Lei de Estágio, por ser a primeira experiência profissional de muitos, a maioria dos estagiários têm dificuldade de confrontar seus contratantes e acabam aceitando e naturalizando as condições insalubres de trabalho. Um exemplo disso é o relato do jornalista Arthur Nascimento:

“Em meu primeiro estágio, trabalhava presencialmente (durante o auge da pandemia de Covid-19) sem receber vale transporte completo e com bolsa inferior a R\$ 1000. Trabalhava em fins de semana e feriados. Muitas vezes, isso acontecia em horários em que só me restava pagar um Uber para me deslocar.”

Tratando-se da pandemia, outro relato anônimo – de um graduando em jornalismo pela USP, mas que já atuou como estagiário no O Globo e como CLT na Folha de S. Paulo – expõe a negligência no tratamento de estagiários em relação a benefícios oferecidos pela empresa durante período crítico da saúde pública:

“Tive o fornecimento de convênio médico negado pela empresa no auge da pandemia por ser estagiária(o), mesmo executando funções de repórter CLT, como assinar matérias de capa”.

Fora isso, a efetivação de estagiários é consideravelmente rara, visto que na maioria das vezes os empresários estão apenas se aproveitando do baixo custo destes e preferem encerrar o contrato para contratar outro estagiário. A regra para os “focas” (jornalistas iniciantes), então, é sair do estágio para cair em um emprego “pejotizado”, ou seja, tornar-se um estagiário *premium* ou super estagiário, visto que MEIs, prestadores de serviço com ou sem contrato, costumam ter os mesmos ou ainda piores direitos do que os estagiários.

Capítulo 4

Organização sindical

O processo de flexibilização de vínculos trabalhistas não se faz presente no Jornalismo ou na área de comunicação somente, mas nas relações de trabalho como um todo. “Neste esforço de tentar colocar o trabalhador como um ser autônomo, que consegue garantir seu sustento e se defender sozinho, a agenda neoliberal também tende a enfraquecer os sindicatos”, afirma a jornalista e pesquisadora Larissa Gould.

Se o jornalista não possui um vínculo formal, ou pior, não se vê como trabalhador de fato, não há perspectiva de organização da categoria para defender seus interesses. “A falta de organização e a baixa sindicalização vai minando a força dos sindicatos dos jornalistas, que dispunham de uma força considerável antigamente. Eram associações bastante expressivas, que garantiram acordos sindicais muito importantes. Então, se a categoria é pouco mobilizada e sindicalizada, também não consegue garantir direitos e acordos salariais de qualidade”, pontua a jornalista e pesquisadora Roseli Fígaro.

Gould argumenta ainda que o movimento sindical, no âmbito da categoria, enfrenta dois grandes desafios. O primeiro é a transformação da profissão, em função das novas tecnologias e reorganização das relações trabalhistas. “Antes de tudo, é necessário compreender e definir o que é jornalismo atualmente. *Social media* faz trabalho jornalístico? Se ele apura informações para postar nas redes é jornalismo? Como regularizar isso?”, questiona a pesquisadora.

O segundo e talvez mais importante desafio é a crise das redações, visto que o movimento é ainda muito focado nas grandes redações, que são as que mais empregam mas estão cada vez mais enxutas. De acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro, 22,7% dos profissionais trabalham em empresas com mais de 51 jornalistas e 10,7%, em empresas com 21 a 50 colegas de profissão. No entanto, esta não é a única faceta da categoria, visto que uma considerável e cada vez maior parcela trabalha em empresas com 11 a 20 jornalistas (10,6%), 5 a 10 (18%), 2 a 4 (22,7%) e apenas um jornalista (15,3%) (Lima, 2021).

“É muito difícil para o sindicato conseguir estar atuando, ao mesmo tempo, em milhares de jornais, assessorias, agências e outras empresas que prestam serviços jornalísticos. A organização não tem braço o suficiente para conseguir estar presente em todos os lugares, porque a maioria dos veículos são pequenas empresas com um ou dois jornalistas”, relata Gould. “Isso se mostra um desafio ainda maior conforme o movimento sindical sofre constantes ataques financeiros, como a extinção da Contribuição Sindical (também conhecida como “Imposto Sindical”) por parte da reforma trabalhista”, acrescenta.

Esses ataques não começaram no governo Temer, mas desde o advento das políticas liberais, e também não se limitam a ataques financeiros. “Não custa lembrar como o primeiro governo FHC (PSDB-PFL) enfrentou a greve dos petroleiros em 1995: colocando tanques do Exército nas refinarias de petróleo e acionando judicialmente os sindicatos de petroleiros, que passaram a sofrer pesadíssimas multas que os inviabilizaram financeiramente. Dali para a frente, este seria o “tom” com que as classes dominantes brasileiras tratariam, cada vez mais, o movimento sindical combativo, combinando repressão (policial ou militar) e medidas de natureza econômico-financeira”, comenta Pomar.

“Neste cenário de grandes dificuldades, agravadas pelo desemprego perene e pela hostilidade patronal às liberdades sindicais, os 31 sindicatos filiados à Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) lutam para sobreviver, alguns enfrentando enormes dificuldades financeiras”, continua Pomar. “Apesar disso, sua existência tem sido fundamental para se contrapor aos empregadores do setor, alguns dos quais são megaempresas como as Organizações Globo, Grupo Record, SBT, Grupo Folha e importantes grupos regionais como a RBS (RS), o Grupo Liberal (PA) e outros”.

Gould também corrobora com a visão positiva da luta sindical por parte do jornalista, com ainda maior otimismo. “Creio que o movimento sindical dos jornalistas tem tido uma considerável crescente. O sindicato tem sido muito atuante, não só em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e em Brasília. Nos últimos três anos, houve uma série

de greves e paralisações, que fortaleceram essa minha perspectiva de que as categorias mais jovens estão se reconhecendo como trabalhadores e reivindicando seus direitos", relata a secretária do SJSP.

Nos anos mais recentes, segundo Pomar, têm havido um esforço de coordenação nacional da atuação desses sindicatos, com maior engajamento da Fenaj nesse papel, assim como tem havido crescente articulação entre sindicatos de estados diferentes que compartilham as bases de uma mesma empresa, caso da TV Globo e da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Pomar destaca ainda que os sindicatos não se restringem à luta econômica, pois também travam enfrentamentos no campo simbólico e nas questões que dizem respeito à qualidade do trabalho jornalístico e às suas responsabilidades. "Questões que amiúde estão relacionadas às condições de trabalho e ao tipo de jornalismo que se produz (e das quais os sindicatos não se eximem). O SJSP, por exemplo, ajuizou uma ação civil pública contra o então presidente Jair Bolsonaro, como resposta às suas recorrentes agressões a jornalistas, e obteve sua condenação por danos morais (o caso já transitou em julgado)", completa.

Apesar das pequenas vitórias, o cenário é desafiador para os sindicatos. Tanto por conta das repressões financeiras, jurídicas e policiais, como também do estigma que o movimento sindical carrega. É fato que existiram e existem muitos sindicatos "pelegos", ou seja, aqueles que fingem estar representando os trabalhadores, quando estão manipulando as massas com intuito de atender aos interesses dos patrões. A agenda neoliberal aproveitou-se dessa frustração da classe trabalhadora para fomentar repúdio ao movimento sindical como um todo.

De diversas maneiras, a esquerda nunca se recuperou da rasteira que o capital lhe passou ao mobilizar e metabolizar o desejo de emancipação frente à rotina fordista. Especialmente em países como o Reino Unido, as representações tradicionais da classe trabalhadora – sindicatos e lideranças operárias –

encontravam no fordismo grande conveniência; ao estabilizar o antagonismo, o fordismo reservava à direção sindical um papel garantido. (Fisher, 2009, p 63)

Não é à toa que, a maior parte da categoria jornalística, em especial os mais jovens, não se encontram filiados a nenhum sindicato ou associação. Grande parcela deles, inclusive, nem ao menos sabem o nome das entidades que poderiam lhe representar. Os poucos que conhecem, são céticos quanto ao movimento ou reconhecem o sucateamento e os demais desafios das organizações em meio à pejotização da categoria. Alguns até têm o interesse de conhecer mais sobre, como explicitado pelo relato de Caroline Stephanie Valença Figueiredo, que atua há três anos como jornalista formada pela Universidade Paulista:

“Gostaria de ver mais da presença dessas entidades e entender o que fazem, que conversassem mais com os jornalistas, se posicionassem nas redes, nas mídias, entre outras ações.”

Outros ressaltam a opinião negativa de seus pares sobre o movimento sindical, como no relato anônimo da(o) jornalista formada(o) pela USP, que já atuou na área há dois anos como estagiária(o) e trainee na editora Abril:

“Não tenho conhecimento sobre, mas pelo pouco que ouço não costumam defender muito a categoria, como o silêncio em casos de demissão em massa, de descoberta de editorias inteiras que não tinham repórteres mas textos criados com inteligência artificial e a aceitação do pisinho.”

O único relato anônimo de um profissional filiado a um sindicato – tendo atuado como jornalista desde 2019, sendo estagiária(o) no jornal O Globo e CLT na Folha de S. Paulo – expressa críticas ainda mais duras:

“O sindicato paulistano é atuante e ativo, mas negligencia as demandas de estagiários e repórteres iniciantes. Estão mais preocupados em defender exigências de quem já ganha melhor. São elitistas.”

A falta de esperança na organização da classe, ou pelo menos, da categoria, torna o cenário ainda mais derradeiro e sombrio para os jornalistas. Como destaca Fisher, “o antagonismo agora já não está mais localizado externamente, no embate entre blocos de classes, mas internamente, na psicologia do trabalhador” (Fisher, 2009: p 63). Esse conflito psicológico, interno ao indivíduo, reforça ainda mais todos os elementos que já abalam a saúde mental de toda a categoria.

Capítulo 5

Ideologia e o sofrimento psíquico

As medidas que formalizaram, com uma roupagem legal, a flexibilização dos vínculos empregatícios e a precarização das condições de trabalho foram abraçadas por uma bela parcela do jornalismo brasileiro. A partir da década de 90, como destaca o jornalista Pedro Pomar, muitos trabalhadores da notícia tornaram-se porta-vozes informais desse ideário, em sintonia com seus empregadores (destacadamente as Organizações Globo, mas não só).

“Defendiam abertamente as reformas neoliberais implementadas pelo governo FHC, que ‘enxugavam’ o Estado nacional por meio das privatizações, que suprimiram direitos (por exemplo os relacionados à Previdência Social) e que instituíram novas formas de controle do trabalho social”, explicita Pomar.

Esse processo se deu quase em paralelo ao que ocorreu nos EUA durante e após os governos de Ronald Reagan (1981-1989), como se pode ver pela descrição do geógrafo e professor David Harvey, um dos maiores estudiosos do neoliberalismo:

A imprensa especializada, com a grande liderança do Wall Street Journal, se apropriou dessas ideias e passou a defender abertamente a neoliberalização como a solução necessária para todos os males econômicos. Essas ideias passaram a ser voz corrente graças ao trabalho de autores prolíficos [...] e as escolas de negócios que então se instalaram em universidades prestigiosas como Stanford e Harvard, com generosos recursos de corporações e fundações, se tornaram centros da ortodoxia neoliberal desde o primeiro instante de sua instalação (Harvey, 2008, p. 64).

No Brasil, segundo Pomar, essa adesão de uma influente parcela da categoria ao neoliberalismo, amplificada por suas posições de destaque na TV e em jornais e revistas impressos (que já detinham ou que passaram a ocupar), geralmente como comentaristas de economia e política ou como repórteres especializados, espraiou-se para diversos setores sociais.

“A mídia hegemônica foi um dos principais vetores do neoliberalismo no Brasil e deu amplo suporte às reformas neoliberais, inclusive em anos mais recentes, como ocorreu com a reforma da Previdência proposta por Jair Bolsonaro e aprovada pelo Congresso, com algumas alterações, em 2019”, continua o jornalista. “Obviamente, esse ponto de vista distorce toda a cobertura jornalística da economia e da política nacionais, na medida em que a visão do “mercado”, na verdade o mercado financeiro, é determinante e prevalece sobre qualquer outra interpretação ou entendimento da realidade”, pontua o diretor de ação sindical do SJSP.

Para além do apoio às reformas fundamentalistas de mercado, a agenda neoliberal se manifesta em praticamente todas as relações, conforme abordado no primeiro capítulo. O neoliberalismo, afinal, é mais uma das inúmeras reafirmações do poder do capital sobre a sociedade. Como Marx e Engels observaram no *Manifesto Comunista*:

[O Capital] afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo filisteu, nas águas geladas do calculismo egoísta. Converteu mérito pessoal em valor de troca. E, no lugar das incontáveis liberdades reconhecidas e adquiridas, implantou aquela liberdade única e sem caráter: a liberdade de mercado. Em uma palavra, substituiu a exploração mascarada por ilusões religiosas e políticas pela exploração aberta, descarada, direta e brutal. (Marx e Engels, 2023, p. 29)

Antes do colapso do Muro de Berlim em 1989, porém, o capitalismo ainda enfrentava os desafios de conter e absorver as pressões externas de seu maior rival ideológico. Agora, com a derrota do socialismo real, o modo de produção capitalista enfrenta o problema oposto, como propõe Fisher:

Tendo incorporado tudo que lhe era exterior tão completamente, como pode funcionar sem um exterior para colonizar ou do qual se apropriar? Para a maior parte das pessoas com menos de 20 anos, a falta de alternativas ao capitalismo não é nem sequer uma questão. [...] Agora, o fato de o capitalismo

ter colonizado até os sonhos das populações é tão amplamente aceito que nem vale a pena comentar. Seria perigoso e enganador imaginar que o passado próximo foi uma espécie de idílio, repleto de potencial político. (Fisher, 2020, p. 18)

Sem ter mais para onde expandir, a única solução é expandir para dentro de si mesmo. É justamente o que o neoliberalismo propõe: estender a lógica de mercado e concorrência para muito além da esfera da economia. Onde não há mercado, deve se criar um mercado – privatizando tudo aquilo que um dia não era nem concebível que deixasse de ser público. Tornar tudo tão incerto e inseguro, que os trabalhadores não tem escolha se não disputar entre si os poucos recursos que restam.

A pesquisadora Roseli Fígaro explica ainda que o neoliberalismo se sustenta a partir de uma perspectiva baseada no darwinismo social. Isso não é nenhuma novidade, posto que essa teoria também foi utilizada para justificar o abismo social gerado pós-revolução industrial – sugerindo que os pobres viviam em tais condições por serem os menos aptos e os mais ricos enriqueceram por serem os mais aptos, logo, os mais evoluídos – bem como foi utilizada pelas potências europeias para justificar o imperialismo, além de ter fundamentado ideias eugenistas, racistas e até a concepção do fascismo e do nazismo.

Retirando-se todo e qualquer amparo social ou regulamentação, o sucesso profissional e financeiro se resume apenas aos poucos que, supostamente, merecem condições de trabalho e vida confortáveis. “Embora pareça um sistema positivo, a meritocracia traça metas impossíveis, incentiva o individualismo e o empreendedorismo de si próprio, culminando em uma situação de alta concorrência entre os próprios trabalhadores. Não podemos esquecer que esse ambiente só pode vigorar em um contexto de profundo desamparo social, ou seja, com altos níveis de desemprego, crises econômicas, precarização do trabalho, desregulamentação, perda de direitos e desestruturação de políticas públicas”, lista Figaro.

O único valor que nos resta, portanto, é o do sucesso financeiro a qualquer preço. Tudo vale na busca pelo lucro. “A ideologia neoliberal está incrustada em nossas almas, em nossa forma de ver o mundo. Ela entrou com tamanha força hegemônica que até as crianças estão tendo aula de como serem empreendedores. Como que um sistema de educação pode permitir algo do tipo? Esses elementos vertem em uma série de outros problemas sociais, tornando a sociedade cada vez menos solidária e mais violenta”, pontua Figaro.

Não é de se surpreender que as ideias que apontam a abundância material como a chave para a auto realização são nocivas à auto estima e a saúde mental humana. Enquanto fomenta a ilusão de que qualquer um pode tornar-se bilionário, mesmo que a probabilidade real disso seja quase nula, a ideologia sugere que apenas os ricos são vencedores e que o acesso ao topo está aberto para qualquer um disposto a trabalhar duro, independente das condições materiais preexistentes. Portanto, se você não for bem sucedido, o único que pode ser culpado é você mesmo (Fisher, 2020).

Especificamente nas relações trabalhistas do jornalismo, a crise da profissão amplifica todos os elementos elencados anteriormente. Os trabalhadores da notícia se encontram em condições de trabalho cada vez mais estressantes, em especial nas grandes redações, o que vêm afetando a saúde mental dos jornalistas. O assédio moral é uma constante nas redações e que, nas maiores, é comum que jornalistas adoeçam em razão da sobrecarga de trabalho, pressão de prazos, acúmulo de funções, e, sobretudo, a insegurança com o futuro.

Como exemplifica o relato anônimo da(o) jornalista, formada(o) pela USP em 2021, com cinco anos de experiência como estagiária e PJ na área, com passagens pela Editora MOL, Veja, Amazônia Latitude e Forbes:

“Cheguei a cobrir a guerra em Gaza com três estagiárias, por exemplo, porque os outros dois repórteres da editoria de internacional estavam de férias. Coisa de trabalhar 12h, 13h por dia, de plantão no site e escrevendo

matérias de capa para a revista. Também sofro frequentemente com cobranças surreais e prazos apertadíssimos. Já fui questionada até se achava que o jornalismo era para mim mesmo quando tentei impor limites.”

Outro relato anônimo que corrobora com o último é da(o) jornalista que trabalhou como estagiária(o) e trainee da editora Abril:

“Senti pressão intensa em um caso que a relação de trabalho foi marcada durante todo o período por uma comunicação passivo-agressiva por parte de superiores diretos. Além disso, a não renovação de contrato não foi transparente e ainda tive um burnout.”

O Perfil do Jornalista Brasileiro torna todas essas questões ainda mais evidentes, visto que 40,6% relatam ter sofrido assédio moral no trabalho e 51,9% presenciaram alguma situação de assédio moral contra colega/conhecida(o) na empresa. Isso também reflete no fato de 55,8% dos jornalistas sentirem que seus esforços profissionais não são devidamente reconhecidos, assim como 66,2% relataram sentirem-se estressados no ofício. Não se trata apenas de uma simples percepção, visto que 34,1% chegaram a ser diagnosticados com estresse e 20,1% com outros transtornos mentais relacionados ao trabalho, a ponto de 31,4% terem recebido indicação de tomarem antidepressivos (Lima, 2021).

Um relato particularmente explícito sobre a questão é o da(o) mesma (o) jornalista que foi questionada(o) se realmente acreditava que era apta (a) a continuar exercendo a profissão:

“Já tive crises de labirintite nervosas por estresse. Adoeço com frequência por conta da imunidade baixa. Não consigo me exercitar por cansaço extremo e falta de tempo. Choro de estresse semana sim, semana não. Pulo refeições ou não como direito por falta de tempo para cozinhar ou até para comer. Com frequência, almoço trabalhando. Além disso, tentei tirar um visto de imprensa

para os EUA e não consegui, em parte, por causa da dificuldade em comprovar vínculo empregatício com a empresa. Também tem sido difícil conciliar o trabalho com a pós-graduação, porque acabo tendo que trabalhar durante a aula.”

O levantamento também revela que 73,3% dos trabalhadores concordam, parcialmente (41,6%) ou totalmente (31,7%), com a afirmação de que “O ritmo de trabalho é muito intenso”. Alta taxa de respostas positivas também se encontram nas afirmações: “As tarefas sempre são cumpridas com pressão de prazos” (68,5%), “Falta tempo para realizar pausas de descanso” (50,4%) e “Levo trabalho para terminar em casa com frequência” (45,7%) (Lima, 2021).

Talvez o que mais surpreenda sobre os indicadores de saúde laboral e qualidade de vida no trabalho são os sintomas que muitos relataram durante os seis meses anteriores à pesquisa, durante o período de pandemia de Covid-19. Entre eles, a maioria dos jornalistas relataram sentirem dores no corpo, dor de cabeça, alterações no sono, tristeza, perda de autoconfiança, cansaço extremo e estresse. Sendo a maioria deles percebidos “com frequência” e “de vez em quando”, além de percentuais consideravelmente altos para aqueles que os sentiam “diariamente” (Lima, 2021).

Dito isso, Fígaro reitera que precisamos garantir que o trabalhador tenha direitos, garantia de uma jornada de trabalho e salário dignos, assim como condições confortáveis de segurança social, saúde, descanso e lazer. “São coisas que qualquer ser humano necessita para viver. Afinal, nós não somos máquinas e até máquinas quebram. Não podemos admitir que o trabalhador tenha uma vida útil de 15 anos e depois adoeça ou tenha que sair da profissão para continuar sã. É uma questão muito séria no jornalismo, mas que não se limita à categoria”, completa a pesquisadora.

Capítulo 6

O futuro

Diante dessa crise multifacetada, exacerbada pela ascensão das plataformas digitais das *big techs* e o avanço da agenda neoliberal, não é fácil ter esperança em um futuro melhor para a categoria. Pelo contrário, a desilusão entre grande parcela dos jornalistas é expressiva, em especial entre os focas, visto que muitos sentem a precarização extrema já em suas primeiras experiências profissionais na área. Como representado pelo relato anônimo de um jornalista de São Paulo com quatro anos de atividade na área:

“As expectativas são piores possíveis. Recomendo aos estudantes que revejam suas carreiras antes de entrar nesse campo condenado. Nesse sentido, temos duas escolhas: trabalhar para nossos algozes e tentar garantir o mínimo de condições para exercer nossa função, ou optar pelo jornalismo independente, onde vive-se pela fé no bom jornalismo, mas carece pela falta de incentivo financeiro.”

A desesperança, porém, nunca rendeu frutos. Cair em derrotismo, é aceitar um futuro caótico e fragmentado, onde a incerteza e a instabilidade se tornam o padrão, corroendo as bases da segurança e da dignidade profissional e humana. Por mais improvável que possa parecer, o impossível é só questão de perspectiva e, como vimos, nossa perspectiva está contaminada pela ideologia. A história está em constante movimento e tudo o que conhecemos pode mudar a qualquer momento. Como na máxima de Marx, no livro *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, escrito em 1852:

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (Marx, 2021, p. 15)

Até mesmo o economista neoliberal Milton Friedman concorda que “apenas uma crise - real ou assim percebida - produz mudança de verdade. Quando essa crise ocorre, as

ações tomadas dependem das ideias circulando por aí. Essa, acredito, é nossa função básica: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável" (Friedman, 1962: p 7). Portanto, é necessário se organizar, avaliar o cenário, buscar alternativas viáveis e lutar pela implementação delas.

"A crise no jornalismo tem solução?" Talvez seja a pergunta de um milhão de dólares", brinca a jornalista Larissa Gould. "É a pergunta que todos os jornalistas minimamente conscientes devem estar se fazendo". É certo que não há soluções simples para questões complexas, mas existem alguns possíveis caminhos sendo desenvolvidos e testados no horizonte. O mais próximo e tangível de todos é a proposta de regulamentar e taxar as plataformas digitais.

"Não é possível que as plataformas se auto regulem", afirma Gould. "Não me refiro apenas às redes sociais, mas à própria Uber, iFood e outras plataformas que muitos trabalhadores dependem. Elas não são sediadas no Brasil, não trazem riquezas para o País e não respeitam a legislação nacional. Portanto, creio que o primeiro passo, não só para os jornalistas, mas para todos os trabalhadores brasileiros, é uma atuação forte do Estado no sentido de regular e taxar as plataformas", explica a jornalista.

O Projeto de Lei nº 2630, também conhecido como "Lei das Fake News", aprovado pelo Senado Federal em junho de 2020, foi uma tentativa de aplicar essa proposta na prática. Além da questão penal sobre disseminação de notícias falsas, a lei previa remuneração de veículos de comunicação pelo uso de seu conteúdo jornalístico em plataformas digitais.

A legislação gerou uma polêmica a nível nacional, mobilizando a oposição do governo a taxá-la como um ataque à liberdade de expressão, apelidando-a como "Lei da Censura". As controvérsias também renderam uma reação direta das principais plataformas digitais, que chegaram ao ponto de disseminar mensagens para todos os

usuários brasileiros em oposição à medida. O texto foi drasticamente alterado e segue em tramitação na Câmara.

Um argumento comumente utilizado contra a regulação e taxação das redes é que as plataformas digitais abandonariam o país, deixando milhões de pessoas desempregadas. “Isso é conversa”, afirma a jornalista Roseli Fígaro. “Além de perder mão de obra mais barata, as empresas estariam abrindo mão de um mercado enorme e altamente estratégico”, argumenta.

Experiências anteriores, como a Lei dos Serviços Digitais (DSA) e Lei do Facebook (NetzDG), da União Europeia e Alemanha, respectivamente, levaram muitas empresas a ajustarem suas práticas sem abandonar o mercado europeu. Fora isso, caso realmente optem por sair do País, qualquer outra empresa poderia preencher o vácuo deixado, inclusive uma estatal, como acontece na China.

É importante também que as plataformas reconheçam e remunerem o trabalho jornalístico não apenas pelo conteúdo de qualidade que produzem, mas também pela valorização que a atuação jornalística nas mídias gera em termos de avanços tecnológicos. Por meio deste trabalho, avançaram em ferramentas como checagem de fatos, integração de instrumentos de gravação de imagem e texto, tags de encaminhamento frequente, entre outros. Uma regulação adequada como setor econômico deveria incluir remunerações justas e proteções adequadas para o trabalho jornalístico e de outros profissionais da informação nas redes.

Outro caminho, como sugerido por Gould, é a descentralização de recursos – pauta central do FNDC (Fórum Nacional para a Democratização da Comunicação), do qual a jornalista e pesquisadora é ex-secretária-geral. “Tal medida possibilitaria que governo distribua recursos de maneira equitativa, promovendo assim uma democratização da comunicação. Isso é crucial porque atualmente a Globo detém uma fatia considerável desses recursos, enquanto outros veículos têm acesso limitado ou nenhum. Essa redistribuição pode não apenas estimular a criação de empregos e renda,

mas também proporcionar condições para que outros grupos possam trabalhar e contribuir para o jornalismo de forma mais ampla”, explica.

Para conquistar tais medidas, é necessário uma pressão popular organizada, não só dos jornalistas, mas também de outros setores de profissionais da comunicação e talvez de toda a classe trabalhadora precarizada. Afinal, não são lutas separadas, muito embora as plataformas fomentem disputas entre grupos de profissionais. “A solução para o mercado de trabalho no jornalismo não virá sozinha. É uma solução que precisa estar em conjunto com melhorias das condições de trabalho mais gerais, sobretudo no que diz respeito aos direitos trabalhistas”, pontua Fígaro.

Assim sendo, o jornalista Pedro Pomar aponta ainda para a necessidade de um redesenho completo da economia nacional. “Precisamos de uma forte intervenção do Estado na economia, que descarte o atual modelo rentista-exportador (que privilegia o capital financeiro e o agronegócio) e o substitua por um modelo desenvolvimentista com viés de industrialização, ampla criação de empregos com carteira assinada, agricultura voltada para produção de alimentos básicos em moldes agroecológicos, estatização completa de setores como petróleo, energia elétrica e gestão da água etc.”, opina.

Pomar argumenta que também é necessário “reverter as reformas neoliberais regressivas baseadas no programa ultraliberal ‘Ponte para o Futuro’ (governos Temer e Bolsonaro), que são a reforma trabalhista, a ampliação da terceirização e a reforma da Previdência”. Assim, ele acredita que só será possível criar um mercado de trabalho de jornalismo mais promissor e generoso que o atual quando o País tiver uma economia mais voltada para satisfazer as necessidades majoritárias da sua população do que para atender ao “mercado”, ou àquilo que o economista Paulo Nogueira Batista Jr. chama ironicamente de “Patifaria Lima”.

Pomar destaca ainda que não podemos esquecer da vertente de comunicação pública, que segundo ele precisa passar por um vigoroso processo de expansão, resultando na

geração de empregos qualificados. “Isso implica um fortalecimento do Estado e das mídias públicas (como a Empresa Brasil de Comunicação-EBC e a TV Cultura) que vai na contramão da receita neoliberal de enxugamento e destruição do Estado”, completa.

Entretanto, é difícil vislumbrar um futuro que tais medidas sejam implementadas por governos tão alinhados à agenda neoliberal, mesmo quando autodeclarados de esquerda. Considerando o caráter de classe do Estado brasileiro, tais reformas teriam de ser concretizadas a total contragosto das elites econômicas do País. Portanto, seria necessário o fortalecimento completo, não só da luta dos jornalistas e demais profissionais do setor de comunicação, mas de toda a classe trabalhadora.

Embora a posição de Pomar possa soar radical aos ouvidos de quem está acostumado a ouvir discursos neoliberais, sua proposta é consideravelmente moderada considerando as alternativas. Posições mais radicais – que encaram o Estado brasileiro como totalmente comprometido com os interesses da classe dominante e intransigente frente a qualquer transformação que reduza os lucros dos empresários e garanta melhores condições de vida aos trabalhadores – sugerem uma única solução: a revolução.

Como nada nos leva a crer nessa possibilidade, ao menos num futuro próximo, continuaremos a contribuir para a formação de uma nova consciência de classe, uma que possa surgir das vozes da precarização.

Referências Bibliográficas

BARSOTTI, Adriana. **Da fase romântica do jornalismo político e literário à era da internet: o jornalismo e a busca por legitimização.** In: INTERCOM - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO.

XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 37., 2014, Foz do Iguaçu. Anais... São Paulo: Intercom, 2014. Disponível em: <URL>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. **Todos os Homens do Presidente.** São Paulo: Três Estrelas, 2014.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica.** São Paulo: Editora Unesp, 2004. ISBN 8571395241.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal.** Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista: É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** Tradução de Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom.** Chicago: University of Chicago Press, 1962.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LIMA, Samuel Pantoja (Coord. Geral). **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. Florianópolis: UFSC, Quorum Comunicações, 2021. Disponível em:
<https://perfildojornalista.ufsc.br/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação & jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Tradução de Maria Lucia Como. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

OSTRY, Jonathan D.; LONGANI, Prakash; FURCERI, Davide. **Neoliberalism: Oversold?** Finance & Development, Washington, v. 53, n. 2, jun. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>. Acesso em: 3 abr. 2024.

WILLIAMSON, John. **Crise leva mudança ao Consenso de Washington**. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 ago. 2002. Entrevista concedida a Leonardo Souza. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u53235.shtml>. Acesso em: 3 abr. 2024.

WILLIAMSON, John. **Lula adotou Consenso de Washington, diz pai da doutrina**. BBC, 28 out. 2002. Entrevista concedida a Denize Bacoccina. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u15170.shtml>. Acesso em: 4 abr. 2024.